Proc. TC-046.825/2012-6
Prestação de Contas

Parecer

Trata-se da prestação de contas do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – Senat/CN, relativa ao exercício de 2011, bem como das contas anuais do Conselho Nacional do Serviço Social do Transporte – Sest/CN, referentes ao mesmo exercício (TC-046.759/2012-3, em apenso).

2. Em etapa pretérita, a Secex-Previ sugeriu julgar irregulares as contas do Senhor Clésio Soares de Andrade, então Presidente do Conselho Nacional do Sest/Senat, em razão do repasse de recursos ao Instituto Assistencial dos Transportes – Rhodes, cuja estrutura diretiva era a mesma do Sest/Senat, sem que houvesse prestação de contas dos recursos aplicados e dos resultados alcançados (peça n.º 152).

3. Outrossim, propôs a irregularidade das contas da Senhora Maria Tereza da Costa Pantoja, por “irregularidades relacionadas aos convênios firmados em 2011 no âmbito do Programa Despoluir, como falta de vinculação dos recursos repassados com o objeto do convênio, ausência de pareceres jurídicos e de pareceres técnicos, não exigência de prova de regularidade fiscal por parte dos convenientes, não exigência de apresentação de prestação de contas dos convênios e sua devida análise, que aferisse os resultados e a boa e regular aplicação dos recursos repassados” (peças n.ºs 152, 153 e 154).

4. Em nossa manifestação, no entanto, detectamos a existência de investigação em curso, promovida pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT – em conjunto com a Polícia Civil do Distrito Federal (“Operação São Cristovão”), razão pela qual propusemos a realização de diligências, com o propósito de obter os elementos comprobatórios das irregularidades ocorridas no Sest/Senat no ano de 2011, de modo a colher subsídios adicionais para o pronunciamento de mérito destas contas (peça n.º 156), providências essas devidamente autorizadas pelo eminente Relator, Ministro Marcos Bemquerer Costa (peça n.º 157).

5. Ao reinstruir o feito, a Secex/Previ, em apertada síntese, consigna que os elementos trazidos aos autos em resposta às diligências não contribuem para se comprovar as eventuais irregularidades objeto da mencionada “Operação São Cristovão”. Dessa forma, conclui por se dar prosseguimento ao julgamento meritório destas contas, sem levar em consideração aqueles fatos ainda em fase de apuração pelo MPDFT, uma vez que eventual decisão nestas contas anuais não impede a instauração de eventual futura TCE objetivando a apreciação de irregularidades ensejadoras de dano ao erário não tratadas no presente processo (peça n.º 203).

6. Nesse contexto, a Secretaria reitera sua proposta anterior, no sentido de julgar irregulares as contas do Senhor Clésio Soares de Andrade e da Senhora Maria Tereza da Costa Pantoja, aplicando-se-lhes a multa do art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, regulares com ressalva as contas de Jovenilson Alves de Souza e Wesley Passaglia e regulares as dos demais responsáveis (peças n.ºs 203, 204 e 205).

7. No tocante à Senhora Maria Tereza da Costa Pantoja, ante as irregularidades a ela imputadas, acerca das quais não houve justificativas aptas a desconstituí-las, anuímos à análise empreendida pela Unidade Técnica à peça n.º 152. Temos compreensão diversa, todavia, a respeito das irregularidades atribuídas ao Senhor Clésio Soares de Andrade, bem assim ao correspondente encaminhamento.

8. Remanescem em relação ao aludido gestor, essencialmente, duas irregularidades. A primeira, já considerada sanada pela Unidade Instrutiva, diz respeito à existência de débito na contratação da obra de implantação da unidade do Sest/Senat em Três Pontas/MG, com preços superiores aos de mercado. Sobre esse ponto, houve o integral recolhimento do valor do débito por

parte da empresa responsável, com o aproveitamento aos demais responsáveis, podendo-se considerar saneado o processo, nos termos do art. 202, § 4.º, do RI/TCU.

9. A segunda ocorrência, motivadora isolada da proposta de irregularidade das contas do Senhor Clésio Soares de Andrade, consiste no repasse de recursos ao Instituto Assistencial dos Transportes – Rhodes, sem que houvesse prestação de contas dos recursos aplicados e dos resultados alcançados, consoante termos da audiência realizada.

10. A esse respeito, observamos que foram repassados ao aludido Instituto no ano destas contas (2011), a título de encargos de natureza trabalhista, a quantia de R\$ 3.309.881,67, valor esse complementado pela contribuição dos empregados da ordem de R\$ 1.253.110,18 (peça n.º 5, p. 151). Na planilha de contas consolidadas de prestação de contas constante do Relatório de Auditoria da Controladoria Geral da União esses valores aparecem com alguma divergência, estando lá consignadas receitas totais de R\$ 4.102.063,53, despesas totais de R\$ 1.807.555,75 e resultado líquido para o próximo exercício de R\$ 2.294.507,78 (peça n.º 5, pp. 161/163).

11. Ocorre que em 15/03/2012, pouco após ser notificado pela CGU acerca da impugnação desse “repasse” ao Instituto Rhodes por parte do Sest/Senat, o responsável providenciou o encerramento das atividades do Rhodes, com o retorno de todo os recursos em caixa aos respectivos associados e patrocinadores, sendo R\$ 8.071.611,10 aos cofres do Sest, R\$ 4.369.219,82 do Senat e R\$ 5.547.262,09 dos funcionários (peça n.º 12, pp. 33/34).

12. Outrossim, para fins de comprovação dos gastos, o responsável colacionou diversos comprovantes de despesas gerais do Instituto referentes a alguns anos de seu funcionamento, inclusive do ano de 2011, tais como comprovantes de despesas com funcionários, com impostos, pagamento de seguros (finalidade precípua da entidade), bem como cópia dos termos de desfiliação dos empregados ao Instituto Assistencial (peças n.ºs 17/54).

13. Nesse contexto, não nos parece que subsista a irregularidade atinente ao repasse de recursos ao Instituto Assistencial dos Transportes – Rhodes, porquanto demonstrada a realização de diversos dispêndios realizados no ano de 2011, especialmente aqueles de maior vulto, como a contratação de seguro para seus associados, no valor de R\$ 910.257,03 (peça n.º 20, pp. 2 e 12/37), o pagamento de pessoal (R\$ 369.790,94, peça n.º 20, p. 2 e 276/304), associado ao fato de que a entidade foi desconstituída, com todo o seu patrimônio revertido aos patrocinadores, na proporção de sua participação.

14. Desse modo, reputamos de rigor extremado impingir a pecha de irregularidade às contas anuais por um ato do gestor que representou uma continuidade na política de pessoal instituída em 1996 pelo sistema Sest/Senat, com a participação de 37 entidades desse sistema como patrocinadoras (peça n.º 130, pp. 19/50), tendo como finalidade a contratação de planos assistenciais e seguro de vida coletivos aos funcionários associados, e cujas despesas estão razoavelmente demonstradas nos autos, fatos esses somados à extinção do Instituto, à reversão dos seus recursos aos mantenedores, bem assim à inexistência de indícios de que tenha havido prejuízo nessa devolução, ao menos no exercício em tela.

15. Feitas essas ponderações, e considerando que as diligências anteriormente sugeridas não trouxeram elementos de prova capazes de suportar, nesta oportunidade, novas imputações de irregularidades aos responsáveis, concordamos em essência com o encaminhamento sugerido pela Unidade Técnica, divergindo apenas quanto ao juízo das contas do Senhor Clésio Soares de Andrade, o qual deve, a nosso sentir, ser pela regularidade com ressalva, nos termos do art. 16, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, sem prejuízo de consignar que este julgamento não impede que eventuais prejuízos ao erário detectados no bojo da “Operação São Cristovão” sejam objeto de TCE específica, inclusive em relação aos responsáveis com contas julgadas regulares e regulares com ressalva nestes autos.

Ministério Público, 29 de junho de 2017.

Cristina Machado da Costa e Silva
Subprocuradora-Geral